



# TEMPORALIDADES E LIMINARIDADES

*Cibele Saliba Rizek*

**P**ara além de todo luto pelo momento o qual passa o país – luto esse que vem sendo atualizado pela ascensão do conservadorismo e pelo desmanche do horizonte de direitos, por resultados eleitorais que apontam a promoção das parcelas menos comprometidas com qualquer perspectiva democrática – e talvez mesmo por causa desse luto – precisamos localizar e mapear as contradições e impasses que nos conduziram até aqui. A situação que se impôs a partir de 2016, nos impele a mapear o que se pode reconhecer como lulismo e entender seu esgotamento – tanto o esgotamento concreto quanto seu esgotamento produzido como espetáculo. Para alguns, esse esgotamento representa seu fim, para outros, uma crise que não chega a comprometer sua continuidade.

O lulismo – passível de ser localizado como modo de governo especialmente viabilizado a partir do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva – foi pensado por A. Singer como reformismo fraco viabilizado, como afirmam Ruy Braga e Carlos Bello (2016), pela combinação

entre duas formas de consenso: o consenso ativo de lideranças sindicais e de movimentos sociais vinculados ao Partido dos Trabalhadores (PT) e à Central Única do Trabalhador (CUT), – o que compreende movimentos sociais urbanos como os movimentos de moradia mais “clássicos” e um consenso passivo – produzido pela concordância e pela melhora relativamente pequena dos índices de desigualdade e relativamente mais significativa de diminuição da pobreza. Essa melhora já foi rapidamente revertida nos seis meses após o golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff, por uma mistura de retrocesso, crise econômica, encolhimento de empregos e de salários.

Durante os anos 2003-2016, um conjunto de medidas inéditas na história do país permitiu uma combinação obtida a partir do aumento significativo do salário mínimo, (mais de 70% de crescimento real), produção de postos de trabalho (formais e relativamente mal remunerados em especial no setor de serviços, acompanhados de um crescimento dos postos informais de trabalho), benefícios sociais como o Programa Bolsa Família e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) – com todas as suas ambiguidades. São políticas em boa medida urbanas, que combinaram programas relativos às necessidades mais imediatas – alimentação, moradia, saúde, educação. Essas políticas do corpo e para o corpo cujo centro – a sobrevivência e a reprodução da vida – guardam dimensões contraditórias, como por exemplo, as dimensões emancipatórias e a reprodução de desigualdades e modos de dominação cuja análise é condição para que possamos compreender o momento difícil que vivemos.

Para além das designações nada consensuais a respeito do desenvolvimentismo tardio ou “neodesenvolvimentismo” bastante específico que teria marcado os governos do PT, é preciso, em primeiro lugar, reconhecer conquistas e avanços, sobretudo, em

termos salariais e de emprego, bem como em termos de políticas ou programas sociais, como as transferências condicionadas de renda. No primeiro caso – essas conquistas podem ser vistas como dimensões relativas a um PT vinculado aos conteúdos “de classe” – emprego, salários, formalização, direitos vinculados ao trabalho (como no caso aparentemente excepcional das empregadas domésticas em seu percurso nada homogêneo e em seus resultados bastante desiguais). No segundo caso, as políticas de “combate à pobreza” seriam transformadas em marca registrada do PT ainda que, de fato, tivessem nascido anteriormente, obedecendo inclusive a lógicas bastante múltiplas e entrecruzadas, como expedientes propostos e implementados pelas agências multilaterais, a partir da presença da igreja católica e de suas dimensões comunitaristas; das igrejas evangélicas e de seus modos de operacionalização (GEORGES; SANTOS, 2016); das Organizações Não Governamentais (ONGs) e dos Centros de Referência de Assistência Social. Também é possível apontar que o programa foi possível graças ao investimento de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) – investimento bastante restrito e que esse tipo de transferência de renda jamais tenha se tornado de fato um direito irreversível. Assim, sua interrupção, ainda que politicamente difícil, é possível do ponto de vista legal.

Diante desse quadro e de sua reversão, talvez seja necessário pensar exatamente quais os sentidos dessas inovações moduladas pelos governos petistas – os aumentos salariais, políticas ou programas sociais combinados, entrelaçadas a um aumento significativo dos lucros de alguns setores econômicos como bancos, construtoras e empresas encarregadas do ensino superior privado. Do ponto de vista das políticas e programas sociais, a ideia de constelação de práticas pode ajudar a compreender a melhora das condições de vida das populações mais pobres que alteraram de modo

significativo a face e os territórios da pobreza reconstituídos e redesenhados a partir de fluxos de dinheiro, de serviços, de práticas, de modos de operação dos diferentes programas e daquilo que se pode reconhecer como “novo terreno associativo” que tanto brotou de baixo – especialmente movimentos populares – com a implementação a partir das Organizações Sociais, ONGs e fundações empresariais que podem ser vistas como gestoras ou operadoras de programas de governo, como margens do Estado. Esse “mundo do indistinto” (PAOLI, 2006) resulta de um conjunto de “confluências perversas” (DAGNINO, 2001) conformando práticas, operações que se associam em um modo de governo bastante potente. Com temporalidades diversas entre si, formando redes e fluxos sobre territorializações nem sempre coincidentes, constituindo tramas de governo conformam um novo social em sua versão petista. Assim, é possível mencionar o Programa Bolsa Família, o Programa MCMV, o Programa Universidade para Todos (Prouni), pensando numa reunião de benefícios entrecruzados, todos bastante liminares e precários que fizeram uma diferença significativa para as parcelas mais pobres da população brasileira, mesmo e apesar de sua provisoriedade. É possível mencionar, por exemplo: escolas superiores de qualidade duvidosa que abrem e fecham; benefícios continuados e o Bolsa Família, cuidadosamente implementados a partir de ONGs, organizações sociais e igrejas como modo de operacionalização de moralidades e de comportamentos que incidem e não raro acabaram por reforçar formas de dominação de gênero (GEORGES; SANTOS, 2016); conjuntos habitacionais produzidos pelo Programa MCMV que se sobrepuseram e reproduziram frequentemente agravando formas severas de segregação espacial nas cidades brasileiras.

Essas considerações, porém, não permitem que se ignore a importância e o significado da novidade histórica do princípio petista

e, em seguida, lulista: a investida de combate à pobreza e à miséria posta em operação a partir do que se pode identificar como terra arrasada, como desmanche de uma ordem anterior. (OLIVEIRA; RIZEK, 2006) Aliás, é preciso lembrar que a disputa em torno dessa ordem anterior não terminou, como demonstram a “reforma” da legislação trabalhista, bem como a “Reforma” da Previdência, ambas vinculadas a uma funda destituição de direitos. A brutalidade da desigualdade brasileira, produzida pela concentração de renda dos anos de Ditadura e jamais revertida pelos governos civis, se constituiu no ponto de partida dos governos do PT 2003-2016, precedidos pela “Carta aos Brasileiros” que teria já anunciado um pacto com o capital financeiro, em nome da governabilidade. No cenário anterior ao ano de 2003, é possível identificar o crescimento importante da desigualdade, um conjunto significativo de privatizações que inauguraram e aprofundaram o desmanche neoliberal, a constituição de uma ordem pós-desmanche que radicalizou as relações entre regulação estatal e mercado. Esses elementos permitem perceber a reversão relativa e o estancamento de uma sangria que atingiu, sobretudo, as parcelas mais empobrecidas, o que acabou permitindo, nos anos dos governos petista e lulistas a formação de um consenso que, de certo modo, desnaturalizava a desigualdade brasileira. Mas esse consenso era frágil, embora fosse duplo – um consenso ativo das direções sindicais e de movimentos sociais e um consenso passivo das parcelas mais empobrecidas da população. Assim, talvez, se pensarmos em alguns exemplos paradigmáticos do que se pode entender como um conjunto de políticas – ao mesmo tempo políticas da vida e políticas urbanas, talvez possamos ter o consolo de começar a compreender por que o passado de desigualdade naturalizada tenha tomado de assalto um presente que buscava se desvencilhar dessa herança.

## Habitação, Cidade e Negócio - o programa Minha Casa Minha Vida, um exemplo paradigmático

O Programa MCMV nasceu em 2009 no Brasil, mas foi precedido de uma trajetória exemplar tanto no âmbito das políticas sociais latino-americanas como do ponto de vista da circulação de proposições e práticas implementadas pelas agências multilaterais, o que confirma a natureza do continente latino-americano e de suas camadas mais empobrecidas como laboratório de políticas públicas, pensadas como formas de governamentalidade. Dessa perspectiva, é bom lembrar que o programa, que nasceu no Chile e foi implementado no Brasil como política econômica anticíclica pós-2008, estimulando a geração de emprego e a captura de subsídios públicos por parte das construtoras, bem como financeirização da produção de moradia por algumas das empresas que acabaram por formar um conglomerado de produção de unidades habitacionais.

A viabilização do programa – em face dos movimentos de moradia brasileiros, inclusive aqueles historicamente vinculados ao PT – passou pela negociação de uma versão alternativa, um lado B do Programa MCMV, voltada para as entidades historicamente vinculadas à autogestão na produção de moradia. Trata-se do Programa MCMV Entidades, que permitiu que os movimentos – ligados ao PT ou nascidos fora de seu âmbito, com posições à sua esquerda no espectro político – pudessem acatar e, de certo modo, legitimar essa peça de tecnologia de governo que deu vida à política de habitação lulista. Seus resultados são impressionantes: 3,4 milhões de unidades de habitação contratadas e 1,7 milhão entregues, incluindo as duas modalidades e todas as faixas de renda contempladas, o que é frequentemente mencionado como um grande feito dos governos petistas.

Cabe ainda lembrar algumas informações coletadas pelo trabalho de campo realizado como parte de pesquisa etnográfica, entre 2014 e 2016, que deu lugar a um conjunto de visitas em Guarulhos (na porção norte da região metropolitana de São Paulo), Taboão da Serra (na porção sudeste da mesma região), Itaquaquetuba (ao lado de Guarulhos) e Cidade Tiradentes (bairro a leste da cidade de São Paulo). De acordo com esse levantamento, há hoje 11 empreendimentos entregues na região metropolitana de São Paulo que totalizam 2.812 unidades (14,4% das unidades contratadas pelo próprio estado de São Paulo).<sup>1</sup> Assim, a partir da compreensão desse Programa dentro de uma constelação de políticas sociais (que promoveram, a partir do crescimento real do salário mínimo e dos programas de transferência de renda, um processo de crescimento importante de consumo, transformado em mecanismo de inclusão), bem como o esforço da pesquisa e de suas incursões etnográficas, foi possível desenhar dimensões que desvendam algumas questões, colocando novos enigmas. Uma dessas questões sobre as políticas sociais dos governos do PT foi a constatação de uma diferença significativa entre pobreza – no caso do Programa MCMV, a carência de moradia – de um lado, e público alvo do Programa, de outro, isto é, a diferença entre *déficit* de moradia e a demanda organizada e produzida pelo próprio Programa.

Assim, a título de esclarecimento, pode-se mencionar que, pelo menos à primeira vista, o *déficit* de moradias teria decrescido de 6,102 milhões em 2007 para 5,792 milhões em 2012, apresentando, em 2009, um pequeno aumento em termos absolutos (6.143 comparados com 2007). Porém, é necessário mencionar que a composição do *déficit* mudou com um decréscimo da coabitação e um aumento do ônus excessivo com aluguel (de 32% para 46%), principalmente nas áreas metropolitanas. (FUNDAÇÃO JOÃO

PINHEIRO, 2014) A precariedade habitacional teria se reduzido de 21 para 13% no período, mas a densidade das casas alugadas permaneceria constante em torno de 6%. O que isso quer dizer? O *déficit*, por mais discutível que possa ser, já que, por exemplo, diz respeito a um número coincidente em alguns locais com o número de imóveis vazios, é de natureza metropolitana. Ora, a produção de moradias resultante do Programa MCMV não é metropolitana – ou seja, ela se localiza em cidades “médias e pequenas” onde a terra é mais barata, criando sua própria demanda. Para isso, o Programa na sua versão mercado/ construtoras criou mecanismos de proteção financeira das empresas e desestabilizou os limites entre habitação social e habitação de mercado – o que permitiu a criação de uma forma híbrida: a “habitação social de mercado” (SHIMBO, 2012), já que, tanto a produção de habitação social quanto o mercado de moradias puderam fazer uso dos recursos do sistema público e privado de financiamento. Isso quer dizer que as empresas se apropriaram fortemente de subsídios, constituídos basicamente de fundos públicos – aqueles mesmo que poderiam ser considerados como garantia e possibilidade de efetivação de direitos, de democratização da cidade, da moradia, saúde, educação. Algumas empresas atingiram e mantiveram lucros muito significativos, inclusive abrindo seu capital na bolsa. Desse modo, a produção de habitação abandonava gradualmente a perspectiva dos direitos e da moradia como direito para aderir à lógica de uma produção de mercado aumentando o déficit metropolitano. (ROYER, 2009; SHIMBO, 2012)

Ao mesmo tempo, na versão entidades, vinculada à negociação e conquista dos movimentos, a demanda por habitação seria organizada pelos próprios movimentos e suas associações ou por associações que se tornaram produtoras de moradia a

partir dos critérios de credenciamento no programa.<sup>2</sup> Essas associações e organizações nascidas ou não dos movimentos de moradia se tornaram operadores do Programa MCMV Entidades, disputando terrenos com as construtoras que por sua vez transformaram os chamados “bancos de terras urbanas” em ativos financeiros, dentro de um quadro que produziu e não raramente agravou a escassez de terrenos urbanos, o que obviamente – especialmente no âmbito das metrópoles – resultou em aumento significativo do preço dos terrenos e, conseqüentemente, dos aluguéis. Essa equação difícil aponta não apenas a diferença entre o *déficit* e a demanda em relação às políticas e programas sociais (GEORGES; SANTOS, 2016),<sup>3</sup> como ainda permite avançar na compreensão do crescimento significativo de ocupações de edifícios e terrenos vazios durante a implementação do programa por movimentos sociais, como por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) que, mesmo tendo se originado fora do campo dos movimentos classicamente vinculados ao PT, acabou por se vincular ao Programa MCMV Entidades, como único meio efetivo de obtenção das unidades habitacionais requeridas por sua base, devidamente organizada em demanda.

Esse quadro, cuja complexidade ainda demanda explicações mais elaboradas no âmbito das constelações de políticas, bem como de suas formas bastante complexas de implementação, ainda permite compreender as relações frequentemente bastante contraditórias dos movimentos sociais com o chamado lulismo, pensado como “reformismo fraco”. Assim, no momento presente, talvez seja necessário compreender por que uma das primeiras medidas do governo Michel Temer (o que quer que se entenda por isso) tenha sido dispensar e aniquilar o Programa MCMV Entidades, o que teria gerado uma das primeiras e mais importantes reações dos

movimentos sociais, relacionada à ocupação do escritório da presidência da república na Avenida Paulista, em 1 de junho de 2016, até se obtivesse pelo menos o compromisso de continuidade dos fundos necessários para a conclusão de 13000 unidades do Programa MCMV Entidades. (PM..., 2016) O mesmo movimento ocupou de novo o escritório da presidência, no dia 17 de outubro de 2016, pela retomada e pela não paralisação dos investimentos nas moradias já aprovadas para o Programa MCMV Entidades. (MTST, 2016)

Desse modo, se por um lado a compreensão crítica dos programas e políticas sociais do ciclo de governos do PT é fundamental para a explicação do Brasil que fecha esse período, em 2016, por outro lado, apesar dessa compreensão crítica, é importante perceber a importância do ciclo lulista e seus programas para os movimentos sociais, num combate frágil por direitos já retirados nos seis meses pós-golpe, sem sequer tivessem sido consolidados no ciclo anterior. Cabe ainda recorrer a algumas dimensões dessa mesma compreensão dos processos ora em curso, como por exemplo, o quadro eleitoral que se conformou em outubro desse ano. Nesse quadro, alguns dos municípios emblemáticos como nascedouro do PT observaram uma importante dispersão do eleitorado como o ABC paulista, hoje muito menos operário do que no momento de nascimento do PT. Muitas indústrias se transferiram para outras regiões para lucrar com a venda de terrenos que teriam se tornado caros, comprando terrenos baratos e pagando salários mais baixos em outros lugares. Produzir nesses terrenos, cujo preço se elevou consideravelmente, rendia menos do que especular com eles. Em boa medida, o PT foi derrotado, ali onde nasceu, pelo preço da terra urbana. O decorrente deslocamento espacial da indústria, mas também a reestruturação produtiva das que ficaram na região, foram fatores decisivos para o encolhimento do caráter operário do ABC paulista e da base social do partido. O

ABC paulista é hoje uma região de classe média afluyente. Entre 2000 e 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede o incremento na renda, na educação e na longevidade (e na saúde), permaneceu muito alto em São Caetano do Sul, aumentando também nos outros municípios da mesma região. O discurso petista sobre os pobres e a pobreza perdeu eficácia no ABC. “O PT se tornou ali apenas um partido entre outros, que lhe estavam no encaço há 20 anos e que o venceram nas eleições de agora.” (MARTINS, 2016)

Por outro lado, é necessário ainda compreender

*o elenco de vitórias em pequenos municípios espalhados pelo Brasil. É o caso dos estados do sul, especialmente o Rio Grande, e nos estados do Nordeste, especialmente Piauí, Bahia e Ceará e, no Sudeste, o caso de Minas Gerais. Foi neles onde o PT, apesar da derrota geral, conseguiu um número não desprezível de vitórias.* (MARTINS, 2016)

Em um recente artigo, José de Souza Martins (2016) aponta que no

*conjunto, comparando os resultados do ABC com os dessas regiões, o que se pode concluir é que foi derrotado o PT da luta de classes. Em compensação, saiu de algum modo vitorioso o PT das concepções comunitárias, onde não se pode deixar de ver o efeito residual da ação pastoral da Igreja.*

Trata-se então de um PT das políticas e programas sociais, longe dos conflitos entre capital de trabalho que lhe deram origem, o que também se distanciou de uma linguagem de garantia legal de direitos, ainda que vinculado fortemente à produção da demanda e da manutenção das complexas formas de implementação de práticas e mediação de recursos que conformam um novo social e suas formas de governo.

## Mais uma vez regressão e desmanche – alguns indícios

Podia-se ler no jornal *Folha de São Paulo* do dia 30 de outubro de 2016,<sup>4</sup> no âmbito do noticiário econômico, que o salário mínimo permaneceria sem aumento real até, no mínimo, 2018. Isso significa que por três anos consecutivos esse patamar mínimo de renda não seria reajustado, depois de crescer a quase 4% ao ano de 2003 até 2014, somando no período um aumento de 73%. É preciso salientar que 23 milhões de pessoas recebem benefícios sociais equivalentes a um mínimo. O trabalho de outros 23 milhões rende no máximo um mínimo por mês, trata-se, portanto, de cerca de ¼ dos trabalhadores brasileiros. Também é preciso mencionar a possibilidade de reversão e encolhimento dos benefícios e de beneficiários que cresceram continuamente entre 2003 e 2014, assim como o gasto social de passou de 12,6% para 15,2% nesse mesmo período, o que correspondeu ao investimento em assistência social, previdência – especialmente relativa a ganhos de até um salário mínimo – educação básica e moradia.

Uma semana mais tarde, no mesmo noticiário, foi possível constatar, com os resultados do PNAD, o crescimento da pobreza, revertendo uma tendência de sua diminuição no ciclo anterior, bem como o crescimento das fortes disparidades regionais brasileiras que se fazia sentir especialmente nos nichos de pobreza do Nordeste do país. O rendimento das famílias localizadas no segmento dos 50% mais pobres do país teria regredido aos níveis de 2011.<sup>5</sup>

Novos anos cinzentos, novos anos de chumbo – e não apenas do ponto de vista da crise econômica – estão de volta. Repressão policial, gás lacrimogênio, chacinas e desaparecimentos, execuções sumárias, incursões policiais violentas nas favelas do Rio de Janeiro,

com corpos que exibiam sinais de espancamento, facadas e tiros de policiais, universidades públicas em vias de sucateamento e fechamento, violações de direitos, ilegalismos de todos os tipos acionados pelos mesmos atores já bastante conhecidos, atuando por dentro e por fora do Estado e dos seus aparelhos repressivos. Combinadas às mortes e execuções, à criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, a “PEC da Morte n.º 241/55”, a “PEC do ensino médio”, a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista. Sabemos do que se trata, porque, como avisou W. Benjamin, “o estado de exceção em que vivemos é na verdade a regra geral”.

A essas notas, escritas no final de 2016, é necessário acrescentar algumas considerações sobre a crise do sistema carcerário brasileiro que explodiu nos primeiros dias do ano de 2017. As 125 mortes – largamente noticiadas pela imprensa e redes sociais – de presos sob a custódia do Estado escancararam algumas das evidências de um sistema carcerário que aprisiona 301 indivíduos a cada 100.000 habitantes, ocupando o vergonhoso primeiro lugar no *ranking* de aprisionamentos de toda América Latina.<sup>6</sup>

Assim de um governo dos corpos que instituía patamares de sobrevivência, de um governo dos dispositivos que criavam subjetividades e consensos por meio de programas e políticas sociais e urbanas, passamos, com o aval dos novos e nem tão novos conservadores (FIESP, partidos de direita, etc.) à crise como elemento que acaba por forjar consensos que permitem um modo de governo, que permitem que uma parcela nada desprezível da opinião pública legitime as chacinas de todo dia, legitime ainda a criminalização dos territórios da pobreza e dos movimentos sociais. O governo de exceção mostra, assim, a sua face perversa em um modo de gestão militarizada de produção da morte – cruenta ou não – de produção e aprofundamento de uma fratura social costurada a bala, fuzil e gás de pimenta. ■

1. Pesquisa realizada entre 2013 e 2015 por equipe composta por C. Rizek (coordenadora), Caio Santoamore de Carvalho, Andrea Castro. Essas informações contam ainda com a sistematização de Andrea Castro em seu texto de qualificação apresentado ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
2. Essas associações acabaram por configurar o que foi denominado pela equipe de pesquisa de “associativismo de ocasião”. Ver: Rizek, Carvalho e Camargo (2015).
3. Onde se pode encontrar discussão semelhante em relação ao Programa Saúde da Família, bem como em relação ao Programa Bolsa Família e seus modos de operacionalização e implementação.
4. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br/colunas/viniustorres/2016/11/1836003-pnad-volta-a-mostrar-miserias-revoltantes-novas-e-antigas.shtml>>. Acesso em: 1 dez. 2016.
5. Folha de São Paulo, *PNAD volta a mostrar misérias revoltantes novas e antigas*. *Folha de São Paulo*, 7 nov. 2016. In <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/viniustorres/2016/11/1836003-pnad-volta-a-mostrar-miserias-revoltantes-novas-e-antigas.shtml>, consultado em 1/12/2016.
6. No ano 2000, havia 133 presos para cada 100.000 habitantes, o que fazia com que o Brasil ocupasse o sexto lugar no *ranking* latino americano. Em 2010, esse número teria subido para 253 e em 2015 para 301, alterando o lugar do país no quadro de encarceramentos na América Latina. Ver Institut for criminal Policy Research, citado pelo jornal *Folha de São Paulo* - 16-01-2017 “Presos e vagas por 100 mil habitantes”.

## Referências

---

BRAGA, R. Terra em Transe: o fim do lulismo e o retorno à luta de classes. In: SINGER, A.; LOUREIRO, I. (Org.). *Contradições do Lulismo: a que ponto chegamos*. São Paulo: Boitempo, 2016.

BELLO, C. A. Percepções sobre a pobreza e o bolsa família. In: SINGER, A.; LOUREIRO, I. (Org.). *Contradições do Lulismo: a que ponto chegamos*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAGNINO, E. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra / UNICAMP, 2002.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit habitacional no Brasil anos 2011-2012: resultados preliminares: nota técnica*. Belo Horizonte: Centro de Estatística e Informações – CEI, 2014. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/360-nota-tecnica-deficit-habitacional-no-brasil-anos-2011-e-2012/file>>. Acesso em: 21 out. 2016

FREIRE, V. T. O Brasil do teto subiu no telhado. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 out. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/viniiciustorres/2016/11/1836003-pnad-volta-a-mostrar-miserias-revoltantes-novas-e-antigas.shtml>>. Acesso em: 1 dez. 2016.

GEORGES, I.; SANTOS Y. G. A formatação da demanda: viés institucional e implicações políticas da terceirização do trabalho social. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35., 2011, Caxambu. *Anais...* São Paulo: Anpocs, 2011.

GEORGES, I.; SANTOS Y. G. *As novas políticas sociais brasileiras na saúde e na assistência*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

MARTINS, J. S. O que as urnas revelaram sobre o PT no ABC paulista. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 out. 2016. Disponível em: <<http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,o-que-as-urnas-revelaram-sobre-o-pt-no-abc-paulista,10000082461>>. Acesso em: 21 out. 2016

MTST ocupa escritório da Presidência da República em SP. *Portal Vermelho*, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/288367-8>>. Acesso em: 23 out. 2016.

OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. *S A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2006.

PAOLI, M. C. O mundo do indistinto: In: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. S. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2006.

PM prende agitadores do MTST que invadiram escritório da Presidência da República e SP. *Imprensa Viva*, [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.imprensaviva.com/2016/06/pm-prende-agitadores-do-mtst-que.html>>. Acesso em: 23 out. 2016.

RIZEK, C.; D'AL BÓ, A. The growth of Brazil's homeless worker's movement. *Global Dialogue*, [S.l.], Jan. 2015. "

RIZEK, C. S.; CARVALHO, C. S.; CAMARGO, C. M. Política habitacional e políticas sociais: emergência, direitos e negócios. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (Org.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2015. v. 1, p. 165-184.

ROYER, L. de O. *financeirização da política habitacional: limites e perspectivas*. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SHIMBO, L. Z. Os mercados da habitação social no Brasil: articulando política habitacional, setor imobiliário e construção civil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 15., 2013, Recife. *Anais...* Recife: ANPUR, 2013.

SHIMBO, L. Z. *Habitação social de mercado: a confluência entre estado, empresas construtoras e capital financeiro*. Belo Horizonte: C/ARTE, 2012.

SINGER, A. A falta de base política para o ensaio desenvolvimentista In: SINGER, A.; LOUREIRO, I. (Org.). *Contradições do Lulismo: a que ponto chegamos*. São Paulo: Boitempo, 2016.